

A Geografia do Brasil

The Geography of Brazil

La Geografía de Brasil

Douglas Santos

Professor Aposentado

douglassangeog@gmail.com

Resumo: Fruto de um conjunto de aulas ministradas pela internet, sob os auspícios de quatro universidades públicas, este artigo tem por objetivo introduzir um dossiê sobre a Geografia do Brasil. O ponto de partida, tal como está intitulado o próprio dossiê, é o necessário jogo escalar que o discurso geográfico nos obriga a fazer e que, na sua mais ampla maioria, os inúmeros artigos que nos obrigamos a ler carecem por completo. Fragmentados tematicamente, os discursos correntes reduzem-se a este ou aquele fenômeno, sem levar em conta o significado de fazerem parte da formação social brasileira e, portanto, sem realçar como o “existir” do Brasil define o fenômeno estudado e, no plano invertido, em que medida tal fenômeno faz parte da construção do significado de Brasil. Trata-se, no presente caso, de um exercício em que os elementos teóricos e metodológicos do discurso geográfico são realçados para que se tenha algum tipo de identificação do significado de Brasil no entendimento de nossa própria Geografia.

Palavras-chave: Geografia. Brasil. método. escala. cartografia.

Abstract: Resulting from a series of online classes, this article aims to introduce a dossier on the Geography of Brazil. The starting point, as the dossier itself is entitled, is the necessary scalar game that the geographic discourse compels us to engage in, which, for the most part, is lacking in the countless articles we find ourselves reading.

Fragmented thematically, current discourses are reduced to this or that phenomenon, without considering the meaning of being part of the Brazilian social formation. Consequently, they fail to highlight how the “existence” of Brazil shapes the phenomenon under study and, conversely, the extent to which these phenomenon contribute to the construction of the meaning of Brazil. In this context, it becomes an exercise in which the theoretical and methodological elements of geographic discourse are emphasized to enable some form of identification of the meaning of Brazil within the framework of our own Geography.

Keywords: Geography. Brazil. method. scale. cartography.

Resumén: Fruto de un conjunto de clases administradas por internet, bajo los auspicios de cuatro universidades públicas, este artículo tiene por objetivo introducir un dossier sobre la Geografía de Brasil. El punto de partida, tal como está intitulado el propio dossier, es el juego necesario escalar que el discurso geográfico nos obliga a hacer y que, en su más amplia mayoría, los numerosos artículos que nos obligamos a leer carecen por completo. Fragmentados temáticamente, los discursos corrientes se reducen a éste o aquél fenómeno, sin tomar en cuenta el significado de hacer parte de la formación social brasileña y, por lo tanto, sin resaltar cómo el “existir” de Brasil define el fenómeno estudiado y, en el plano invertido, en qué medida tal fenómeno hace parte de la construcción del significado de Brasil. Se trata, en el presente caso, de un ejercicio en que los elementos teóricos y metodológicos del discurso geográfico son destacados para que se tenga algún tipo de identificación del significado de Brasil en el entendimiento de nuestra propia Geografía.

Palabras clave: Geografía. Brasil. método. escala. cartografía.

Alguns axiomas para organizarmos a nossa conversa

Acho que não é muito difícil propor como pensar o Brasil, embora passar da sugestão para chegar a novas interpretações com poder explicativo seja uma tarefa hercúlea. São duas as condições que é preciso tomar em conta, seguindo a sugestão de Antônio Candido. A primeira, eu diria, seria pensar com radicalidade. [...]. A segunda condição é de pensar a especificidade. (OLIVEIRA, 2001, p. 89).

Nos dias que antecederam o início da escrita deste artigo, uma experiência (confesso um tanto quanto traumática) foi tomando conta de minha memória. Tratou-se de um enfrentamento que pode ser resumido em pouquíssimas palavras: a elaboração do segundo volume da coleção “Geografia, ciência do espaço”, publicado no final dos anos de 1980, com o subtítulo “O Espaço Brasileiro”¹. Tínhamos montado uma espécie de “modelo de leitura” dividindo a obra em três blocos distintos: o espaço da produção, o espaço da circulação e o espaço das ideias. Tal formulação já havia sido um verdadeiro sucesso no primeiro volume (SANTOS *et al.*, 1987), mas, ao tratar-se do Brasil (SANTOS, *et al.*, 1989), as dificuldades foram consideravelmente maiores. O livro foi publicado, muitos professores o adotaram, mas, até os dias de hoje, tenho a impressão de que o caminho percorrido não foi o melhor. Espero que, até o final deste artigo, pelo menos isso, o processo tenha se tornado um pouco mais claro.

O presente artigo, como se verá, tem objetivos muito diferentes de um manual para o Ensino Médio. Em primeiro lugar, não se pretende didático. Está marcado pela tentativa de colocar em evidência questões de ordem metodológica, isto é, alguns dos fundamentos do estatuto epistemológico da Geografia que devem permitir uma abordagem sistemática desse fenômeno chamado Brasil (não só, mas isso estará fora da discussão).

Antes de iniciar, no entanto, vão aqui as minhas desculpas por tratar um tema tão amplo na forma de um simples artigo. Era preciso “fazer o tema caber no modelo” que se tornou dominante no Brasil e é em torno dele que,

¹ Trata-se de uma coleção de livros didáticos que teve seis volumes e foi elaborada por mim, Diamantino Pereira e Marcos Bernardino de Carvalho. O “Espaço Brasileiro” foi publicada pela Editora Atual, em sua primeira edição, no ano de 1989.

em combinação com tantos autores, foi possível transformar toda essa discussão em um dossiê. Assim sendo, vamos em frente.

A primeira pergunta a se enfrentar é genérica o suficiente para tornar qualquer resposta algo insuficiente: O que é o Brasil e, assim como imaginamos que é, como podemos estudar sua Geografia? Vou, aqui, construir um esboço de resposta, em busca de enfrentar a dúvida por meio de aproximações, colocando, ponto por ponto, aqueles fundamentos cujo caráter geral é serem constatativos e, por isso, aparentemente óbvios, mas que podem nos permitir (abusando da imagem) um cercamento mais ou menos seguro de nosso objeto (claro, no caso, o Brasil).

O primeiro deles é afirmar que o Brasil é um Estado Nacional, tal como nós mesmos nos reconhecemos e, do ponto de vista dos parâmetros jurídicos internacionais, é também assim que os demais Estados Nacionais (segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, são 193 no total) nos reconhecem.

Tentemos fazer a mesma afirmação de outros pontos de vista: o primeiro deles é evidenciar que a relação entre Estado e Nação não é direta (AMIN, 1977, 1979; POULANTZAS, 1986) e não identifica claramente o fenômeno sobre o qual falamos, haja vista que a identidade nacional não é o parâmetro que constitui a existência do Estado moderno e contemporâneo; o segundo é considerar que a ONU reúne Estados e, por assim ser, reúne nações, mas não é a identidade nacional que define o fundamento jurídico que reconhece a unidade de cada um dos seus membros.

Visto isso, temos o fato de que a dúvida se ampliou e ainda precisamos resolver nosso problema inicial: O que é o Brasil? Tentemos outro percurso: consideremos, ainda nos baseando no senso comum, que o Brasil, bem como os demais Estados Nacionais, são o resultado de um realinhamento político, cujas raízes estão fincadas nos primeiros movimentos de construção do capitalismo mercantil (FURTADO, 2003). Tendo como referência a formação de Portugal e sua relação com a expansão do domínio europeu, o que se observou, entre conquistas, colonizações, genocídios, readequações culturais, guerras de independência, novas colonizações e novos genocídios, novas guerras de

independência, foi a constituição do que temos chamado de modo de produção capitalista, o tal do capitalismo ou, de forma bem mais simples, mesmo que pouco explicativa: a construção da maneira pela qual a quase totalidade da humanidade vive nos dias atuais.

Pensando nesses termos, teremos como resultado o fato de que, para responder à pergunta inicial, é preciso ultrapassar os limites de afirmações como a de que somos o resultado direto das descobertas feitas por Portugal e/ou da junção de três raças (indígenas, negros e europeus) como tendemos a repetir na literatura pertinente (RIBEIRO, 1968, 1995). No contexto da formação econômica e social do capitalismo, Portugal é, ele mesmo, um resultado da expansão mercantil. Portanto, mais do que uma identidade nacional, a constituição das colônias criadas a partir do século XIV, e que resultaram no que hoje chamamos de América, ou na atual configuração asiática e africana, foram feitas com base em um regramento associado à apropriação de um sem-número de ecossistemas (em linguagem de hoje) e, com isso, de um sem-número de mercadorias (das especiarias aos escravos), que reorganizaram a vida de todos os povos (DIAMOND, 2002). Não se trata de uma questão portuguesa, trata-se do nascimento, da expansão e do amadurecimento de um novo modo de produção e de reprodução da vida e, nesse processo, se construiu o Brasil (MOREIRA, 2012) – e o formato que define os demais 192 Estados Nacionais.

Nesse contexto, portanto, responder ao questionamento inicial passa, necessariamente, por compreendermos a maneira pela qual a constituição da sociedade capitalista constrói seu formato básico de gestão do político e em que medida essa fragmentação é, ela mesma, a expressão material da divisão social do trabalho ou, em outras palavras, da Geografia da sociedade de classes tal como ela se manifesta na atualidade (SANTOS, D., 2004).

Para que possamos continuar, faz-se necessário que um segundo e definitivo aspecto seja colocado em evidência: Como ler geograficamente o Brasil? Trata-se de como responder à segunda parte da pergunta original e aos incômodos que o livro produzido no final dos anos de 1980 ainda me provocam. Afinal, tal como o discurso geográfico em escala mundo, o que temos é o reconhecimento de uma diversidade topologicamente materializada. No entanto, tal diversidade não rompe com a unidade construída pelo capitalismo, nem como “sistema mundo” ou, melhor dito,

como imperialismo, nem coloca em questão o fato de o nome “Brasil” ser a identificação de uma *unidade específica*. No primeiro caso, na escala da universalidade e, no segundo, na escala da particularidade. Contudo, em que se constitui uma *unidade específica*? Como tratá-la do ponto de vista geográfico?

A premissa maior, nesse caso, é considerar que a tentativa de refletir em torno de um fenômeno chamado Brasil é, de fato, um recorte temático sobre a geograficidade do mundo, ou, em outras palavras, como uma expressão específica da totalidade. O fenômeno Brasil é a maneira pela qual se realiza um processo socialmente determinado e seu entendimento pressupõe um aparente *a priori*: o Brasil existe. Trata-se de algo aparente pelo fato de, como todo o fenomênico, estar em processo, em movimento e, por conseguinte, ao buscarmos identificar o significado do topônimo (no caso, Brasil), deparamo-nos muito mais com a necessidade de desvendarmos um processo do que identificarmos um fenômeno dado (e, portanto, congelado, parado, morto) (THOMPSON, 1981).

É para resolver um dilema como esse que temos de percorrer alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos que nos permitem identificar um tipo de reflexão e de construção discursiva como geográfica e, ao mesmo tempo, um certo aspecto do fenomênico como geograficidade. Infelizmente, teremos de enfrentar mais esse dilema, pois, assim como os nossos objetos de estudo, o estudar também não é um dado *a priori*, e a relação entre as categorias e os conceitos que fazem parte do ferramental que utilizamos necessita, sempre, ser revisitado, identificado, explicitado e, claro, minimamente compreendido.

O ponto de partida, agora (claro!), é a própria Geografia. Reafirmo, aqui, que a construção de qualquer discurso geográfico tem por objetivo responder ao sujeito que o elabora a uma pergunta básica e de origem: *Onde estou?* (SANTOS, D., 2008). É com tal questionamento, e por inferência, que a pergunta se desdobra em tantas outras, tais como: *Onde está? Onde estás? Onde estão?* e assim por diante, sem perder de vista que é um sujeito determinando o ponto de partida e, portanto, a identificação do estar dos objetos tem por objetivo permitir ao sujeito o reconhecimento de seu próprio estar. Trata-se, conseqüentemente, da dimensão topológica de um processo que tem um sujeito (em suas diferentes escalas) na centralidade

da discussão. Dessa maneira, preservo duas questões de máxima importância: em primeiro lugar, retomo os fundamentos que deram origem ao discurso geográfico, associando-o a uma dúvida específica dos sujeitos e, portanto, reconhecendo a necessidade de cada um deles (individual ou coletivamente) perceberem a maneira como estão inseridos em um processo específico; em segundo, é que, nessas condições, mantemos o protagonismo do sujeito cognoscente sobre o processo de construção do objeto, isto é, preservamos o fato de que o conhecimento tem por origem a dúvida de um sujeito e não a determinação de um objeto que lhe é externo (SANTOS, M., 1978, 1985). Na relação entre sujeito e objeto (BLOCH, 1985), o segundo só faz sentido quando se torna objeto para o sujeito e, dessarte, só se tornará conhecimento quando se tornar discurso ou compreensão do sujeito.

Visto isso, e deixando de lado todas as mediações que nos levam ao discurso geográfico propriamente dito, retomo a pergunta original e questiono sobre o que, no final das contas, se quer saber quanto nos perguntamos sobre a Geografia do Brasil. Qual(is) seria(m) a(s) dúvida(s) que levaria(m) um sujeito qualquer a se colocar tal questionamento? Em outras palavras: De que “onde” se fala (e quem fala? e de onde fala?) quando o dilema se relaciona a um país determinado (no nosso caso, Brasil)? É o Brasil uma dúvida específica? Em que sentido?

Vale considerar, imediatamente, que o Brasil é, de fato, um tema. Voltemos ao ponto: o Brasil existe e é necessário insistir nisso (HOLANDA, 2000, 2004). No entanto, existe como? Existe como uma maneira específica de construção identitária na forma do Estado Nacional (tal como já observamos). Acontece que a materialidade do fenomênico possui, sempre, uma dimensão topológica (de coabitação, como diria Ruy Moreira) e a cada aspecto que se queira realçar (no nosso caso para se refletir sobre) tomará a característica de ser uma região. Assim, fiquemos com tal axioma e é com ele que irei iniciar, de fato, o presente artigo: a região é o recorte temático da materialidade de um processo determinado (que, insistindo, tal determinidade já é, em si mesma, um recorte), manifesto em sua dimensão topológica (uso, a partir daqui, a categoria “território” com seus devidos desdobramentos e inferências).

O Brasil como Estado

O espaço brasileiro é o produto/produtor do movimento que faz territorializar-se a mundialização do capitalismo (imperialismo) em formas particulares de realização (formação econômico-social brasileira) e segundo a natureza singular das contradições de classes cidade-campo (agrarismo e industrialismo). (MOREIRA, 1985, p. 14).

Tal como já observado, afirmar que a expressão “Brasil” é um topônimo, o nome de um lugar, e que tal lugar é um Estado (deixemos o dilema da nacionalidade para um pouco mais adiante), já faz parte do senso comum que pode ser encontrado em qualquer documento que trate do tema. A título de exemplo, poderia indicar a maneira pela qual olhamos para o que, no geral, se denomina de mapa-múndi político e, assim, podemos nos questionar sobre a distribuição dos próprios topônimos; buscar as razões que nos levam a reconhecer como um dado inquestionável o fato de a Europa se chamar Europa, a África ser assim identificada, e assim por diante.

O que seria, então, o velho continente? E o novo? Que questões estão associadas a tais referências e a tantas outras mais (como a ideia de oriente, ocidente, países do norte...)? Mais uma vez a resposta geral será: o reconhecimento do mundo tal qual o identificamos é, de fato, uma construção socialmente determinada (claro, nada disso pode nos levar a crer que as terras emersas não existem, o que se afirma é que o movimento mesmo de apropriação e definição dos processos que nos permitem sobreviver, também constrói, como um aspecto fundamental, a estrutura simbólica que nos permite e que delimita a nossa percepção do mundo). São nomes e mais nomes, cores das mais variadas, linhas indicando fronteiras e a certeza, por parte dos leitores, de que cada uma daquelas delimitações internas às representações das terras emersas é, de fato, um Estado e, com seus mais de 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, lá está o Brasil, dominando parte considerável do que costumamos identificar como América do Sul (HOBBSAWM, 1982).

O problema começa quando paramos para refletir sobre o significado de Estado e, particularmente, sobre o porquê de nos reconhecermos como tal. A bibliografia sobre o tema é robusta e não caberia a um artigo colocá-

la em discussão. Há muitos anos escrevi um livro (que ainda não foi publicado, que serviu para me permitir conquistar o título de mestre em Geografia) que teve como temática central a relação entre Imperialismo e Estado (SANTOS, D., 1991). O esforço de atingir alguma coerência naquela discussão, principalmente no que tange ao discurso geográfico da época, me obrigou a percorrer textos e autores muito diferentes e aparentemente distantes entre si. De um lado, Georg Wilhelm Friedrich Hegel e a *Filosofia do Direito*; e, no seu contraponto, Karl Marx e a *Crítica à Filosofia do Direito*, Ruy Moreira e o seu *Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*, e José William Vesentini com *A capital da geopolítica*, além de Milton Santos com o *Por uma geografia nova*.

Em meio a esse embate, o caminho seguido àquela época foi rascunhado por Poulantzas (1980, p. 148, grifo do autor) em *O estado, o poder, o socialismo*: “[...] o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe”. O mesmo autor desdobra as seguintes reflexões:

Ora, o estabelecimento da política do Estado em favor do bloco no poder, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa e seu papel de organização são organicamente ligados a essas fissuras, divisões e contradições internas do Estado que não podem representar simples acidentes disfuncionais. *O estabelecimento da política de estado deve ser como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado [...]*. Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, *no seio do Estado*, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. Isso significa que uma instituição, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, como nas concepções de Estado-Coisa ou Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira a despeito de suas contradições, mas é ele mesmo dividido. Não basta simplesmente dizer que as contradições e as lutas atravessam o Estado, como se se tratasse de manifestar uma substância já constituída ou de percorrer terreno vazio. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na ossatura material, e arma assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.

[...] é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado. (POULANTZAS, 1980, p. 152-153).

Consideremos, antes de tudo, que essa citação coloca “sobre a mesa” os elementos principais com os quais poderemos desvendar, minimamente, o significado de o Brasil ser um Estado. Assim, o que temos é o fato de que, desde os primórdios da construção da hegemonia burguesa como referência do nosso, no dizer de alguns geógrafos, “modo de vida” e a construção da sociedade capitalista não é, simplesmente, um ato de caráter sociológico: as sociedades, ao se constituírem, o fazem construindo sua própria geograficidade.

Então, quando Poulantzas (1980) afirma que o Estado é a materialidade das relações de classe, o que acrescento (e que já está implícito no texto que estou comentando) é que, no nosso caso, se trata das contradições de classe do capitalismo e é nesse contexto que podemos compreender a existência material de um lugar chamado “Brasil” e em que medida ele é a materialidade que, em uma escala determinada, faz parte do fenômeno geral que é o modo de produção capitalista, garantindo, assim, a unidade de um conjunto de determinações internas e externas à sua própria territorialidade. Isso porque a territorialidade dos Estados não se restringe ao interior de suas fronteiras, mas o próprio existir das fronteiras é a materialização da correlação de forças que dá sentido ao processo civilizatório mais geral e que chamo aqui de “Imperialismo”.

Acontece que tenho de ir um pouco mais adiante: é preciso identificar o significado de nação quando associado à ideia de Estado e, para tanto, vou me debruçar sobre o tema somente para que tenhamos algum ponto de partida no processo geral de identificação do fenômeno chamado Brasil.

A constituição do chamado Estado Nacional é um dos aspectos desse processo, em que a materialidade das relações de classe se manifesta de maneira a absorver e permitir a realização dos elementos fundamentais que constituem o processo geral de reprodução da sociedade capitalista e suas dimensões identitárias. Então, dando por correta a afirmação de que Pedro Álvares Cabral deu início à revolução geográfica que se desdobrou na

constituição desse lugar chamado “Brasil”, o que deve chamar nossa atenção é o fato de que o avanço do processo de colonização é, ele mesmo, a marca de um amplo conjunto de transformações que redefinem as vidas das sociedades conquistadas, das capturadas na África e utilizadas como escravas, da vida europeia que consolida novos formatos identitários que vão dos fundamentos econômicos até a redefinição radical de suas cosmologias e cosmogonias.

Em outras palavras, vale considerar que personagens como Fernão de Magalhães, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama, naquilo mesmo que representam do ponto de vista da expansão mercantil, compartilham esse processo revolucionário com Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, René Descartes, Johannes Kepler, João Calvino, Martinho Lutero, Isaac Newton e, para fechar esse primeiro ciclo, a presença magistral de Immanuel Kant.

Para que possamos compreender a Geografia do Brasil, é necessário considerarmos que sua construção se realiza em meio (recopilando, mais uma vez, Poulantzas) à correlação de forças que se define no interior e na materialidade da chamada “luta de classes”. Seja sob a forma de grandes plantadores de cana-de-açúcar, algodão ou café, seja como exploradores e caçadores de escravos (independentemente da cor de sua pele), seja como mineradores de ouro, prata ou diamante ou, no limite, seja como funcionário de Estado (a princípio, português) ou membros agraciados por pertencer à nobreza, o que importa é que todos eles, na realização cotidiana de suas relações (as quais, no geral, são estruturalmente contraditórias e que, vez ou outra, se manifesta como conflito aberto), devem construir-se de tal maneira que se confrontem produtivamente com os demais membros ou grupos das classes dominantes e, ao mesmo tempo, que tenham as ferramentas apropriadas para garantir o controle sobre seus trabalhadores, seja mantendo-os como escravos, seja comprando sua força de trabalho no mercado.

A diferencialidade e, portanto, especialidade dos trabalhos que coabitam uma sociedade tão complexa como a nossa, não só se obriga a construir-se tecnicamente diferenciada, mas, no mesmo processo, constrói diferentes identidades, diferentes articulações políticas e assim por diante. O que interessa nessa escala das relações é que a diferencialidade dos interesses, fundada na divisão técnica do trabalho e na identidade de classes

de cada uma delas, é condição para o desenvolvimento de diferentes materialidades (no geral, a relação entre cidade e campo), em que a fragmentação se torna fonte de uma infinidade de tensões, mas cuja produtividade e eficácia só se realiza enquanto se mantém tal unidade do diverso.

Assim, latifundiários, industriários, camponeses, escravos, ribeirinhos, comerciantes, funcionários de estado, milícias, pastores pentecostais, prestadores de serviços (tenho de reduzir a listagem...) vão convivendo ou construindo sua cotidianidade em um processo contínuo de exclusão e incorporação que, entre metrópoles e aldeias, entre avenidas e encostas, entre florestas, cerrados, pantanais, entre pastagens e monoculturas, a diferença se torna unidade e, nesse mesmo contexto, é unidade na diferencialidade das relações que se realizam em escala planetária.

Avancemos. Se a construção do Brasil é a realização de um dos diferentes recortes que constituíram e constituem a existência do Imperialismo Capitalista, um “recorte temático” que se define por um amplo conjunto de identificadores inseridos no interior das estruturas de Estado, nem sempre ele é, em si mesmo, o Estado. Ler o Brasil é um exercício eminentemente geográfico, é a realização, no plano discursivo, do desvendamento da regionalidade. O Brasil, para além de ser um Estado, é uma região e, por isso mesmo, se a identidade de Estado nos permite dialogar diretamente com o senso comum e reconhecer nas fronteiras desenhadas em um mapa o formato inconfundível que nos identifica, é a identidade enquanto região que nos permite considerar um conjunto de determinações muito mais amplo que este e que, *vis-à-vis*, garante a existência do Estado, mas nem sempre com ele se confunde.

Esse é, a princípio, o dilema que cria a noção de nação e nacionalidade. No Brasil, fala-se mais de duas centenas de línguas, mas é muito mais simples nos reconhecermos como falantes da língua portuguesa. Incorporamos um sem-número de manifestações religiosas, mas consideramos que, hegemonicamente, somos cristãos, vivemos sob relações de trabalho que se materializam nas bordas de grandes rios ou no interior de imensas plantas fabris e/ou monoculturas altamente tecnificadas, mas nos entendemos como um povo de raízes

majoritariamente agrárias cuja população, em sua maioria, vive em cidades. Assim, fica o dilema de se saber o que é e quem é o brasileiro, uma identidade resultante do processo de sua construção enquanto capitalismo e, nesse sentido, identificar que relações se constituíram e se constituem para que o processo que definiu e define essa identidade seja, ele mesmo, a origem e a garantia de existência deste lugar chamado “Brasil”.

A independência da(s) colônia(s) foi só uma nova forma de participar do mesmo processo

Muito antes de se escutar (segundo dizem) o majestoso e heroico grito de “Independência ou Morte”, o Brasil já era um Estado. Pertencia ao Estado Português, é verdade, e, justamente por isso, já fazia parte dos novos arranjos que foram sendo criados para dar viabilidade ao mercantilismo. Se os velhos livros didáticos de História já nos ensinavam que a chegada dos portugueses redefine a vida das sociedades que viviam nessas mesmas terras, tal redefinição se dá por uma ação conjugada em diferentes aspectos, os quais dificilmente poderemos classificar por ordem de importância, considerando, sempre, que todos eles faziam parte da mesma materialidade.

Quando nos atemos à divisão do mundo proferida pelo tratado de Tordesilhas, ou observamos a divisão geometricamente definida pelas capitanias hereditárias, ou, ainda, quando o que nos salta à vista é a presença dos sacerdotes católicos (os exemplos são incontáveis), poderíamos afirmar que a monarquia portuguesa executava uma verdadeira guerra cultural (tal como nos dias de hoje recheiam as acusações proferidas pela extrema direita), dizendo aos europeus a maneira pela qual tornavam outras partes do mundo em extensão do seu próprio reino. Nada disso, no entanto, teria muito sentido sem a destruição da Mata Atlântica, sem o entendimento de que a terra deveria ser disposta para a produção monocultora da cana-de-açúcar e, portanto, sem a destruição do ecossistema que viabilizava a vida dos povos que viviam do existir da selva (isto é, aqueles que, do ponto de vista dos mercadores e plantadores, eram os selvagens).

Para subsumir a civilização que resistia ao domínio mercantil, foi necessário destruir as condições básicas do seu viver e, claro, no contendo do mesmo processo, construir reduções, falar de Jesus, impingir uma alma e salvá-la do pecado que nem mesmo sabiam que haviam feito. Isso basta? Evidentemente que não, pois a presença da espada, dos cavalos, das armas de fogo e das doenças vão, igualmente, destruindo tal “modo de vida” para subordiná-lo a outros parâmetros de produção e reprodução. Vale, ainda, considerar que o etnocídio das sociedades tribais vai se completar com a importação de parte da população africana, pois a presença da mão de obra escrava acelera o processo de destruição do bioma da vida tribal e o reconstrói no formato do latifúndio agroexportador.

Assim, o significado de viver e sobreviver foi sendo rapidamente transformado. O que havia demorado milhares de anos para se constituir foi destruído em algumas décadas, até que a existência do Brasil se tornou um fenômeno inquestionável pois, para além de assim se entender nos corredores dos castelos portugueses e, no geral, nas cortes europeias, a constituição de novos formatos de dominação econômica e política (cultural e jurídica) também recria internamente aqueles que se reconhecem como membros da colônia e, portanto, reconhecem sua existência. A constituição das novas elites é, ela mesma, a constituição das novas formas de dominação, dos novos produtos, do novo sentido do que é o trabalho e o significado de seus resultados e, como não poderia deixar de ser, uma redefinição do significado de relevo, clima, hidrografia, vegetação e vida animal. Já não se tratava de entendê-los como elementos da vida tribal, mas como recursos da vida do capitalismo mercantil.

Claro, nada disso basta, pois é preciso convencer a todos de que os portugueses descobriram o Brasil e que, portanto, ele já existia antes de sua chegada, e o ato de conquista e destruição foi tomando a forma do heroísmo, da descoberta, do processo geral de construção de uma nova civilização. É nesse contexto que, mais do que ser colônia, o existir do Brasil só se tornou viável à medida que se construiu o brasileiro, isto é, aquele que, independentemente do seu trabalho, da sua condição de classe ou de lugar e contexto, o tornou um habitante da colônia. Além disso, reconheceu que aquela maneira de viver, com todas as suas determinações, era aquela em que cada um se via como pertencente e, assim, realizava cotidianamente

todas as ações necessárias à reprodução da colônia como uma materialidade e, claro, como unidade material das contradições inerentes ao conjunto de relações que produziam a vida e o viver das classes sociais que foram se constituindo.

A construção do estado brasileiro é, ao mesmo tempo, a construção de sua nacionalidade, sendo o primeiro (o Estado) o que nos ajudará a determinar a correlação de forças, e o segundo (a nação) o que dará o sentido de unidade ao que, de fato, é diverso. A construção da nação (tanto naquilo que ela tem de verdadeiro como nos aspectos que carrega como restos de uma farsa) é o ato necessário que consolida a existência do Estado no contexto do imperialismo capitalista, mas, como já se pode observar, a legitimação pode se organizar no interior da máquina de estado (o seu sistema jurídico-político), mas não é o resultado linear de sua existência. Em outros termos, não é o Estado que cria a nação. A nação o legitima, mas ambos são a maneira pela qual se reconhece a existência da planetariedade do capitalismo.

Voltemos, então, ao grito às margens do Ipiranga. O movimento pela independência do Brasil foi (e é), ele mesmo e pelo próprio formato de sua denominação, a maneira pela qual o Estado, ainda na forma de colônia, quer se tornar Estado sob o controle e a mediação direta das elites locais. Tornar-se independente, portanto, nada mais é (e foi), que participar do mesmo processo sob outros parâmetros. Tornar-se independente do processo civilizatório que se constituiu como capitalismo já havia se tornado uma ação impossível. O aspecto fundamental do movimento independentista é que ele é realizado pela correlação de forças que cria a sociedade brasileira e não pelas sociedades que genericamente chamamos de indígenas, ou, no sentido etimológico da palavra, identificamos como os “locais” ou “os que já estavam naquele lugar”.

Fica, portanto, proposto que entendo por nação, quando associada à proposição de Estado, a forma pela qual o desenvolvimento e a consolidação da sociedade capitalista criam e recriam o sentido de identidade e de pertencimento. Não se resume, por conseguinte, a um movimento ou processo de caráter cultural, mas da cultura que se realiza como aspecto estruturante de um modo específico de vida.

O jogo escalar ou a sociedade da cidade e do campo

A base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que a história econômica inteira da sociedade está resumida no movimento dessa antítese. (MARX, 2013, p. 530).

A leitura da versão datilografada de *O Movimento Operário e a questão cidade-campo no Brasil* (MOREIRA, 1985) foi o ponto de partida para que, alguns anos depois, surgisse a já citada dissertação de Mestrado que discute a relação entre “Imperialismo e Estado” (SANTOS, D., 1991). Nesse longo processo, li e reli *O pensamento Marxista e a cidade* (LEFEBVRE, 1972) e tive de retomar a leitura de *A ideologia alemã* (MARX, 2015). A descoberta mais importante dessas leituras poderia ser resumida nos seguintes termos: não há relação social que não seja, ao mesmo tempo, a construção de uma materialidade determinada e determinante. Por isso mesmo, a divisão da sociedade em classes é, ela mesma, a divisão cidade e campo ou, invertendo os termos, a Geografia da relação cidade/campo é a Geografia da sociedade de classes.

Em meio a isso tudo, Lefebvre (1972) chega a se perguntar se a superação da sociedade de classes é, igualmente, o fim da divisão cidade/campo. Ele declara não saber a resposta. O dilema, diria eu, é que o fim da sociedade de classes não é o fim da divisão técnica do trabalho e tal especialização é, também, um dos fundamentos materiais da diversidade topológica que foi sendo criada no transcorrer de muitos milênios.

Voltemos. Os manuais de História nos ensinam que o processo geral de colonização que resultou na existência do Brasil teve como ponto de partida a coleta do pau-brasil e, em seguida, a expansão da indústria canavieira. Por trás dessas constatações, o que se observa é a materialidade da divisão social e a técnica do trabalho que se constituiu na forma do colonialismo como expansão e consolidação do capitalismo mercantil: o surgimento da cidade e seu contraponto, o campo (inverter os elementos não inverterá o significado). Ambos (cidade e campo) são a materialidade e, nesse sentido, a geograficidade, o onde de tais sujeitos, que realizam um tipo de agricultura e a gestão do jurídico-político nos moldes europeus, dando sentido e construindo controles no interior do mesmo processo.

O lugar do escravo negro ou indígena, dos produtos, da gestão, da realização dos modelos de exploração era desenhado pelas novas elites, subsumidas que estavam para controlar o trabalho escravo e o formato geral da relação com a metrópole. Esta, por sua vez, havia de se realizar como metrópole na escala europeia e no interior da revolução que o processo colonial provocava e, portanto, como uma espécie de dupla determinação, em que o processo colonial revolucionava a Europa e a ela se subordinava revolucionando a si próprio.

Assim, a consolidação do binômio cidade-campo deu-se em um amplo e sofisticado movimento escalar. Trata-se do surgimento de povoados como São Vicente, São Paulo, Salvador, Recife e tantos outros mais, os quais, paulatinamente, se tornaram o eixo de realização da presença do Estado ou, em outros termos, da realização dos ditames jurídico-políticos e, portanto, como um sistema em rede com a cidade de Lisboa e seus mecanismos de controle do Império. Trata-se, igualmente, da transformação da floresta em área de plantio e do agreste em área de pastoreio, definindo, assim, o lócus da “casa grande” como ponto de referência do senhorio, da “senzala” como o lugar do escravo, do campo agrícola como o lugar do trabalho propriamente dito, e do sertão como o sistema de referência topológica do mulato. Em meio a tudo isso, as aldeias e os quilombos foram se tornando lugar central da resistência e a expressão desoladora do poderio militar do colonizador e do genocídio que promoveu.

A Geografia que se constituiu nessas redes, em que senhores de escravos, funcionários de estado, militares, sacerdotes e escravos de diferentes origens, umbilicalmente articulada aos movimentos que provocava e absorvia de sua relação com os interesses coloniais, teve, então, a matriz da relação cidade-campo como o modelo central para a redefinição do sentido e significado da aldeia e da floresta. Em outras palavras, tudo isso será a materialidade do processo de destruição dos viveres (e, portanto, das geografias) de caçadores coletores, em nome de um amplo processo civilizatório reincidentemente aqui denominado de imperialismo capitalista (no caso, ainda em sua fase mercantil).

As diferentes leituras sobre o processo podem ser analisadas tanto na cartografia produzida nesses primeiros séculos, como na literatura ou no

referencial produzido principalmente pelos jesuítas e no maravilhoso legado deixado pelo pintor holandês Albert Eckhout.²

Em uma outra tentativa de síntese, Ruy Moreira (1990, p. 10) propõe o seguinte:

A observação do mapa do espaço brasileiro da virada do século XVIII ao XIX, no momento exato da crise da mineração e renascimento agrícola, mostra nosso território se organizando em grandes manchas de ocupação econômico-demográfica, separadas umas das outras por largas extensões de espaços ocupados pelas populações nativas. Nesse re-arranjo, a lavoura ocupa as áreas de matas e a pecuária as de campos, com a mineração formando nebulosas dispersamente espalhadas pelo planalto central-mineiro. Acompanhando essa distribuição territorial das atividades econômicas [...], a população se concentra nas áreas agrícolas costeiras, deixando vazio o hinterland mineiro-pecuário.

Tal como já se encontra claro no texto, o “vazio” é, de fato, “largas extensões de espaços ocupados pelas populações nativas” e fica, então, a observação de que esse “vazio” é, ele também, o contraponto da formação daquele que, do ponto de vista europeu, seria brevemente chamado de vice-reino e, alguns anos depois, de Império.

De toda maneira, o que se observa é a materialização cada vez mais sofisticada da divisão técnica e social do trabalho e, por isso, das relações de trabalho e dos formatos da sobrevivência, decorrendo daí diferentes classes trabalhadoras e diferentes elites que, mesmo podendo ser chamadas genericamente de trabalhadores do campo e proprietários da terra, as formas de realização não serão as mesmas. O significado dessas identidades de classe na chamada zona da mata, no sertão e no planalto sofreu uma verdadeira revolução hierárquica, principalmente a partir da expansão cafeeira, da Lei de Terras, do fim da legalidade da escravidão, da

² Vale consultar a tese de Doutorado elaborada pelo geógrafo Jorge Barcelos da Silva (2006), na qual se encontrará um amplo conjunto de referências no sentido de identificar as leituras que se fez, e que se tornaram as raízes para aquelas que ainda se faz, do lugar que chamamos de Brasil.

presença de trabalhadores europeus migrantes e dos primeiros movimentos em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo da economia fabril e urbana.

O Brasil deu os passos definitivos para participar com identidade própria no processo geral de constituição do mundo capitalista, mas o fez sob a hegemonia ideológica das elites agrárias (nos seus diferentes formatos, vale insistir), gerenciando, muitas vezes a contragosto, um amplo processo de urbanização que tomou a forma de verdadeiros campos de refugiados da expulsão do campo. A urbe se fez pelos vetores entrecruzados da miséria, da redefinição da propriedade da terra, na constituição de alguns bairros operários e como berço privilegiado das mesmas elites que controlavam a terra, agora, mais e mais, procurando algum nível de aliança interna com a incipiente burguesia industrial e rearticulando, principalmente a partir do café, a base econômica desse eterno *Phoenix* que é o modelo agroexportador.

Os dilemas não são pequenos. Vejamos, rapidamente, o que nos deixou Mike Davis ao sintetizar a maneira pela qual evoluiu a relação do país com a Inglaterra e tendo como parâmetro o fato de já existir como um fenômeno, com identidade própria, no interior das relações tipicamente imperialistas (justamente na passagem do mercantilismo para o industrialismo), O autor, em uma obra destinada a avaliar o papel da Inglaterra no século XIX³, dedicou o último capítulo de seu livro a comentar a situação brasileira:

La hegemonía comercial y financiera británica en Brasil tenía sus raíces antiguas en el vasallaje de Portugal a Londres durante los siglos diecisiete y dieciocho. En 1808, cuando la monarquía Braganza se reubicó en Brasil, como consecuencia de la "tremenda presión británica", la recompensa inmediata fue un tratado comercial que daba preferencia a las importaciones británicas por delante de las portuguesas. Entonces, en 1827, el emperador Dom Pedro, a cambio del reconocimiento británico de su Imperio de esclavos, codificó la dependencia con la firma de uno de los acuerdos comerciales más injustos de la historia [...] que transformó

³ Com o curioso título de *Los Holocaustos de la era Victoriana Tardía*, publicado pela Universitat de València, em 2002, e subtítulo de *El niño, las hambrunas e la formación del tercer mundo*, o livro de Mike Davis tem o formato de uma grandiosa crônica, recheada de informações típicas de um relato historiográfico.

Brasil en, “virtualmente, un protectorado británico”. (DAVIS, 2002, p. 420).

O texto de Mike Davis pode nos deixar a impressão errônea de ter sido a Inglaterra a responsável pelos nossos problemas. Compreenderemos melhor o dilema se nos dedicarmos a refletir o formato geral de nossas elites (e a Geografia da qual ela procura ser a classe hegemônica) e a maneira pela qual foi se construindo as bases para o que Lenin (1982) chamou de “Fase Superior do Capitalismo”, mesmo levando em conta que o exercício da construção imperial é muito anterior a isso tudo – teve início, para os parâmetros atuais (isto é, como capitalismo), no século XIV.

Para que eu possa encerrar esta parte do artigo, vale realçar a maneira pela qual Davis (2002) identifica o país que nasceu, sob a liderança de uma das variantes da dinastia dos Bragança, como um Império de Escravos. Tendo como parâmetro o tipo de processo de trabalho sobre o qual o sistema financeiro tinha interesse em controlar, o adjetivo se apresenta como muito adequado, mas, de qualquer maneira, é também um tipo de simplificação da realidade, pois desconsidera as lutas internas (principalmente em relação às novas elites que apontavam para a constituição da chamada república do café-com leite e os já identificados movimentos de construção de um tipo marginal de urbanismo fabril). De toda maneira, identificar o Brasil como um protetorado informal da Inglaterra e um Império de Escravos pode ser uma maneira de colocarmos mais alguns elementos de reflexão sobre a Geografia brasileira.

Quando o onde de cada coisa só marginalmente é um exercício geométrico

A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”. (MARX, 2013, p. 157).

A formação econômico social à qual denominamos de Brasil segue seu rumo, e a literatura historiográfica é rica em descrever os acontecimentos. Nos comentários que foram publicados em nome do 25º Aniversário do

Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (CEDEC), Fabio Konder Comparato afirmou:

Foi, seguramente, no livro de Euclides da Cunha, de 1902, que se abriu a consciência brasileira para a nossa realidade. Mas o pensamento nacionalista brasileiro só veio a ser elaborado a partir de 1922. 1922 é uma data simbólica. Comemorava-se o centenário da Independência, e foi a partir daí que a intelectualidade brasileira começou a pensar de forma independente. 1922, para recordar, foi o ano da Semana de Arte Moderna, da fundação do Partido Comunista e do nascimento do Movimento Tenentista, com o episódio dos 18 do Forte de Copacabana.

Essa redescoberta do Brasil foi feita por esses demiurgos de que falou Chico de Oliveira, principalmente a nossa tríade sagrada: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. (COMPARATO, 2001, p. 98).

A lista dos autores realçados por Comparato é, ela mesma, a expressão da maneira pela qual se materializa a reflexão sobre a formação econômica e social brasileira. Tais obras procuram retratar, sob diferentes parâmetros, a maneira pela qual as elites se constituem elites e, portanto, como se organizam, implícita ou explicitamente, as massas trabalhadoras. Evidentemente que a lista é substancialmente maior. Nomes, só para lembrar de alguns, como Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré e, obviamente, o próprio Fábio Konder Comparato, Antonio Candido e José de Souza Martins são exemplos suficientes para mergulharmos em algumas chaves centrais para o desvendamento do Brasil.

De toda maneira, é a partir de tais parâmetros que podemos afirmar que a reflexão sistemática sobre o significado de Brasil é um fenômeno do século XX, algo que, como na maior parte do mundo, se confunde com o processo geral de urbanização. Assim, a experiência nos ensina que, para a produção da literatura no geral e da reflexão científica em particular, é preciso construir-se uma Geografia específica: a cidade. A divisão entre o

trabalho manual e o trabalho intelectual constrói e possui, sem dúvida, sua própria Geografia⁴.

Voltemos: a construção da Geografia brasileira vivida nos dias de hoje, de maneira obviamente demasiado aligeirada, pode ser compreendida a partir de alguns movimentos estruturais que ocorreram no século XX. Sob o ângulo de leitura das elites, vale listar fenômenos tais como: a expansão e a crise cafeeira e a maneira pela qual elas redefinem o significado de Estado. Foi o período Vargas que institucionalizou uma gestão para além dos limites da garantia e da execução do poder e foi em busca de se tornar um sujeito planejador e que, portanto, ao mesmo tempo que criou empresas como a Petrobras ou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), apontou para o reordenamento da rede urbana no Centro-Oeste e criou uma máquina de estado que estava a serviço de uma sociedade que ainda não existia. Acompanhemos rapidamente os comentários de Ruy Moreira sobre alguns dos aspectos desse processo:

É embaixo da pesada repressão policial-militar que sobrevém aos confrontos de 1934-1935, que o bloco industrial-agrário impõe ao movimento operário esta dupla tutela: a jurídico-política (tutela sindical-trabalhista) e a ideológico-cultural (tutela escolar). Desarticulado organicamente pelos aparatos repressivos do Estado, o operariado é igualmente desarticulado em seus parâmetros de existência. Progressivamente, completa-se a desagregação de sua condição de classe sob um mofo de vida imposto pelas articulações do capital, via Estado corporativo: o espaço-fábrica-bairro se dissolve no espaço mercado e a consciência de classe se dissolve na cultura formal-escolar. (MOREIRA, 1985, p. 107).

Um Ministério do Trabalho e outro da Educação para uma sociedade ainda majoritariamente agrária foi, sem dúvida, um dos mais interessantes movimentos de gestão realizados, no sentido de garantir não só como uma

⁴ Creio que o melhor exemplo dessa tese é Machado de Assis, cujos romances nos ajudam a pensar o Brasil Império.

correlação de forças favorável às elites, mas, igualmente, como uma escolha de que tipo de elite que deveria ser hegemônica no interior desse processo, a qual teria as características básicas de comandar ou estar associada ao sistema geral da relação fábrica-cidade.

Assim, do movimento anarquista, no início do século (e a grande greve de 1917), à constituição do Partido Comunista, da Coluna Prestes e a Intentona Comunista às Ligas Camponesas, da redefinição antropológica apontada pelos irmãos Vilas Boas e o formato tão singular do Movimento Integralista ou da Liga das Senhoras Católicas e da tal da Tradição, Família e Propriedade e, no seu contraponto e na linha do que ocorreu no Concílio Vaticano II, a consolidação de setores da igreja católica vinculados ao que se denominou, genericamente, de Teologia da Libertação, apontam os diferentes matizes ideológicos, em diferentes lugares do país, cada vez mais mergulhados no discurso da modernidade e da modernização. A ideia era se mostrar como um país do futuro e redefinir o significado de seus lugares, com a presença da indústria automotiva em São Paulo ou do deslocamento da capital federal para o centro de Goiás.

No *site* do Memorial da Democracia⁵, podemos encontrar o mapa que reproduzo a seguir (Figura 1), cuja numeração indica, estado por estado, a quantidade de conflitos ocorridos no campo entre as décadas de 1940 e 1960. Vale lembrar que, em meio a tudo isso, um intenso processo migratório vai redefinindo o formato arquitetônico das já grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Assim, seja no confronto entre diferentes setores das classes dominantes, seja na fragmentação ou reagregação de setores representativos dos movimentos populares, seja como uma radical mudança no formato da estrutura produtiva ou na criação de uma cidade monumento que agruparia os funcionários que exerceriam o poder em nome daqueles que dali estavam muito distantes, a Geografia brasileira sofreu profundas mudanças em toda esse período. Foi nele que amadureceu o ovo da serpente que tomou a forma de uma ditadura, cujos principais funcionários vestiram uniformes das forças armadas.

⁵ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos>. Acesso em: 15 abr. 2024.



Figura 1 - Conflitos no Campo

Fonte: Extraída de Memorial da Democracia (2017).

O que falta apontar é que tudo isso ocorreu a partir do declínio dos parâmetros que identificavam a relação capital-trabalho no transcorrer do século XIX e, portanto, o entendimento de que as mudanças que ocorreram no Brasil eram somente a consolidação de alguns aspectos das revoluções que ocorreram em todo o mundo.

A lista é, praticamente, interminável. Começamos por lembrar da Conferência de Berlim e o novo formato do projeto colonialista das elites europeias para, na sequência, observarmos os primeiros e definitivos passos para que a noção de imperialismo abandonasse a identidade nacional e deixasse claro seu sentido de classe: as grandes guerras e a revolução russa. Em meio a tudo isso e a exemplo do modelo de gestão do Estado Soviético, a crise financeira de 1929 obrigou as frações liberais das classes dominantes a assumir que cabia à máquina de Estado o papel de planejar e intervir para garantir a perpetuidade da relação entre capital e trabalho, mudando, por conseguinte, seu formato e sua qualificação para que não colapsasse. Essa ressignificação de Estado tomou, imediatamente

após o final da Segunda Guerra, o formato da gestão internacional da Alemanha e a realização do chamado Plano Marshal, base política e jurídica para que, décadas depois e com o declínio explicitado do projeto soviético, se materializasse a União Europeia.

Esse longo percurso, marcado pela revolução chinesa e cubana, pela derrota dos Estados Unidos na Indochina, pela consolidação dos projetos de “libertação” que apontava a Índia como vanguarda e se desdobrava no interior da África, até, pelo menos, os anos de 1990, o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, bem como o famoso “Maio de 68” em Paris e o fim da era Stalin (o que, ao que parece, ainda não acabou), vai sendo marcado por mudanças radicais tanto no patamar técnico do processo produtivo (incluindo o agropastoril), em que novos sistemas fabris apontavam para a redefinição do modelo fordista, tanto no interior de cada uma das plantas fabris quanto na distribuição da cada vez mais exigente divisão técnica do trabalho. Isso colocou a necessidade de um mesmo produto final ter sido gerado em muitos e variados centros produtivos, alocados em diferentes pontos do globo, gerando, com isso, novas massas de assalariados, novas lógicas produtivas e, conseqüentemente, novos mercados.

A relação entre o surgimento do “estado planejador” e os diferentes formatos que tomou, desde a era Vargas até os 50 anos em cinco de Juscelino Kubitschek e, nesse mesmo contexto, as revoluções socialistas na China e no Caribe e a atenção dada pelas elites internacionais no sentido de impedir o “contágio” desse movimento no interior da chamada América Latina (cujos fenômenos mais importantes se expressaram na Argentina, Uruguai, Brasil, Chile e Colômbia), facilitando e financiando grupos de pressão e a presença de militares para garantir golpes para o ascenso generalizado da extrema direita, vão marcar tanto o reordenamento geral da Geografia planetária quanto suas manifestações locais e, portanto, também a brasileira.

O importante, no contexto deste artigo, é reafirmar que a sociedade de classes é a divisão cidade/campo e que a redefinição do sentido de cidade (que, para além de ser o lugar das elites, com o capitalismo, se torna, igualmente, o lugar do processo produtivo e, portanto, dos trabalhadores) reorganizou, inclusive, o sentido de Estado, o significado de nação e a

maneira pela qual se constituiu o processo identitário dos povos. Assim, pouco importa se alguém é cristão, muçulmano ou judeu pois, do ponto de vista do capitalismo, todos esses matizes e seus variantes cabem no interior do processo geral de produção de mercadorias. Trata-se, portanto, de um jogo escalar. Compreender a Geografia de qualquer lugar, em qualquer escala, exige o reconhecimento da escalaridade associada ao fenomênico e é esse reconhecimento que nos dá o sentido de lugar, sua identidade e, portanto, a compreensão da maneira pela qual seus elementos se relacionam, constituindo as bases para que possamos responder à pergunta original: onde (estou, está, estamos)? E o que significa *estar* nesse ou *naquele* lugar?

É preciso terminar....

Vou repetir a aparente obviedade: a palavra “Brasil” é um topônimo, isto é, se trata do nome de um lugar. Contudo, o dilema não se resume a isso, pois, no final das contas, há de considerar-se que, para um lugar ter um nome, é preciso que a sociedade que o utiliza reconheça no próprio nome uma identidade e, nesse sentido, a dinâmica de uma processualidade específica. Desdobrando-se todo esse apontamento, chegamos ao ponto em que é possível se afirmar que Brasil é uma região e, portanto, uma territorialidade tematicamente recortada, identificada, socialmente aceita e só como tal é lugar. Invertendo os termos da questão, é lugar porque é processo cuja identidade possui um caráter topológico e, por isso mesmo, nos diferentes recortes temáticos passíveis de territorialização, a construção do Estado Nação se expressa como uma totalidade na sua identidade específica e um recorte no interior do processo geral que o cria, isto é, algo passível de se construir um discurso geográfico (e, por inferência, dotado de geograficidade). Como se vê, o desenrolar do tema obriga-nos a retomar questões, a repetirmo-nos quase indefinidamente....

A literatura geográfica (mas, não só), com raras e honrosas exceções, vê o Brasil sem o brasileiro e o brasileiro sem o Brasil. Por isso mesmo, mapa por mapa, comentário por comentário, o discurso geográfico no Brasil (mas, não só) precisa romper, pelo menos, três barreiras estruturais. A primeira é aquela que afirma que o objeto é o que define o significado de uma ciência e, assim, encara a existência do fenomênico e do discurso que se faz sobre

ele como se fossem uma coisa só. Assim, estudamos a cidade, o campo, a população, o clima, o relevo... sem nos perguntarmos o que, no final das contas, queremos saber e, mais que isso, se a nossa pergunta ao fenomênico está associada à tradição do discurso geográfico.

A segunda, decorrente da primeira, aquela que nos impede de superar, definitivamente, a separação entre natureza e sociedade, à medida que reificamos o próprio objeto e damos a ele uma vida própria. Por fim, desdobrando-se de tudo isso, passamos a fragmentar o real como se cada uma das identidades do fenomênico pudesse ser entendida (e, portanto, criada) no interior de si própria. Trata-se, de fato, de uma fragmentação tal da realidade que já temos dificuldade de entender que vivemos imaginando o mundo como pertencente, quase exclusivamente, ao domínio da metafísica.

Enquanto as revistas de Geografia nos mostram o que ocorre nesta ou naquela microbacia, neste ou naquele microclima, nesta ou naquela identidade sexual (eufemisticamente chamada de identidade de gênero), nesta ou naquela identidade étnica consolidada pelas relações de classe que criam e recriam valores e sistemas de pertencimento, o Estado cria os discursos genéricos, mostrando um país que, de fato, tem muita dificuldade em reconhecer.

De toda maneira, muito mais que a pura e simples territorialidade do Estado (e, aqui, outra vez, repetindo o que já foi dito), a região Brasil é uma especificidade no interior do processo geral de constituição das relações e, portanto, da materialidade do imperialismo que marca a existência do capitalismo. O mapa da Figura 2, a seguir, é maneira de como a máquina de planejamento de estado (no caso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) vê o Brasil e sua regionalidade. Algo absolutamente consolidado do ponto de vista cultural que, por decorrência, tornou-se a estrutura autoidentificadora da cotidianidade dos brasileiros (ser nordestino e sulista são adjectivações de uso muito comum).

Fazendo uso (talvez abusivo) dos desdobramentos metodológicos que se encontram no capítulo “Método em economia política” da obra *Grundrisse* (MARX, 2011, p. 20), poderíamos propor que todo esse conjunto de afirmações é vazio de sentido, se não levarmos em consideração que o

existir dos brasileiros e, dessa maneira, o que eles entendem de si mesmos, de suas vidas, de suas relações identitárias é o que dá sentido a esse discurso genérico. A exigência desse jogo escalar é o fato de ser, ele mesmo, o ferramental necessário para entendermos o significado do tal do “concreto como síntese de múltiplas determinações”.



Figura 2 - Mapa formulado pelo IBGE

Fonte: Extraída da Benedicto e Marli (2018, n.p.).

Ainda no interior desse mesmo exercício, vamos nos debruçar sobre um conjunto de mapas que me foram apresentados por um ex-aluno de Graduação e Mestrado, Rangel Lima Garcia, em sua dissertação intitulada *Qual o Brasil que vive(re)mos?* (GARCIA, 2012), na qual ele utilizou das publicações do Ministério do Planejamento do governo Lula que buscaram apresentar o país como uma verdadeira “carteira de investimentos” e, portanto, como um sem-fim de oportunidades para se auferir renda e lucro, o que, na outra ponta do discurso, significaria emprego e renda. Trata-se, portanto, de um grande projeto que, como veremos nos mapas, tem como ponto de partida alguns recortes identificadores, no geral muito diferentes dos utilizados pelo IBGE, re-regionalizando o país para evidenciar, em uma

primeira instância, a estrutura social e produtiva disponível e, a partir daí, a tal da carteira de investimentos que se oferecia, tendo por base a maneira pela qual, naquele momento, se organizava a sociedade brasileira.

O mapa da Figura 3 imediatamente nos apresenta um olhar muito diferente daquele já tradicional do IBGE. Em primeiro lugar, porque evidencia a presença das águas territoriais e, em segundo, porque divide o país em dois blocos (Norte e Sul), desconsiderando as fronteiras formais dos chamados “estados federados”.

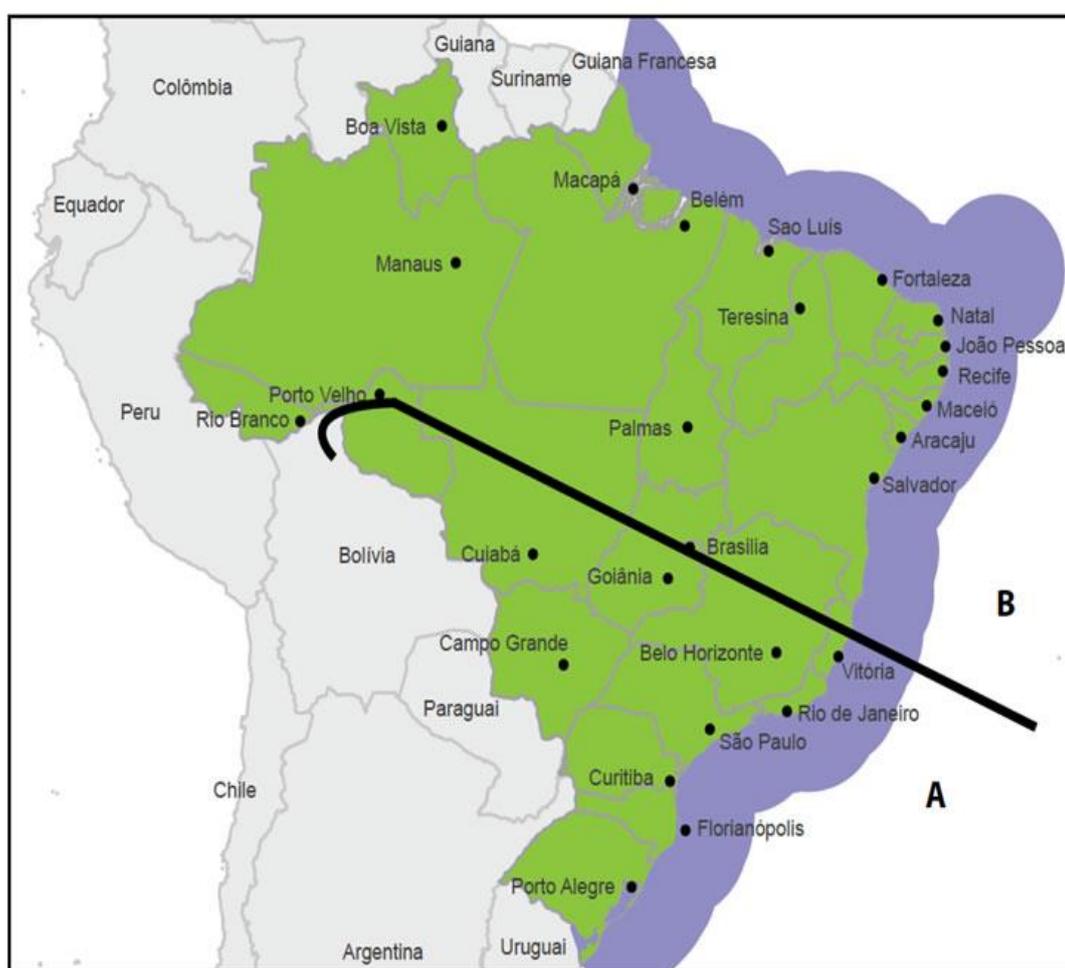


Figura 3 - Divisão do território - Norte e Sul

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 22).

Podemos observar que os fundamentos da divisão regional não é o formalismo da gestão de Estado, mas o reconhecimento de que em ambos os lados dessa linha existem economias, formas de vida, níveis de

urbanização e assalariamento, muito diversos. Trata-se, portanto, para quem quer compreender essa carteira de investimentos, de uma primeira aproximação do reconhecimento do que é desigual para que os diferentes possam ser colocados em um mesmo objetivo.

No mapa da Figura 4, as linhas são outras. Tomam as direções norte-sul, reconhecendo a presença de uma área central (2), outra oriental (3) e outra ocidental (1).

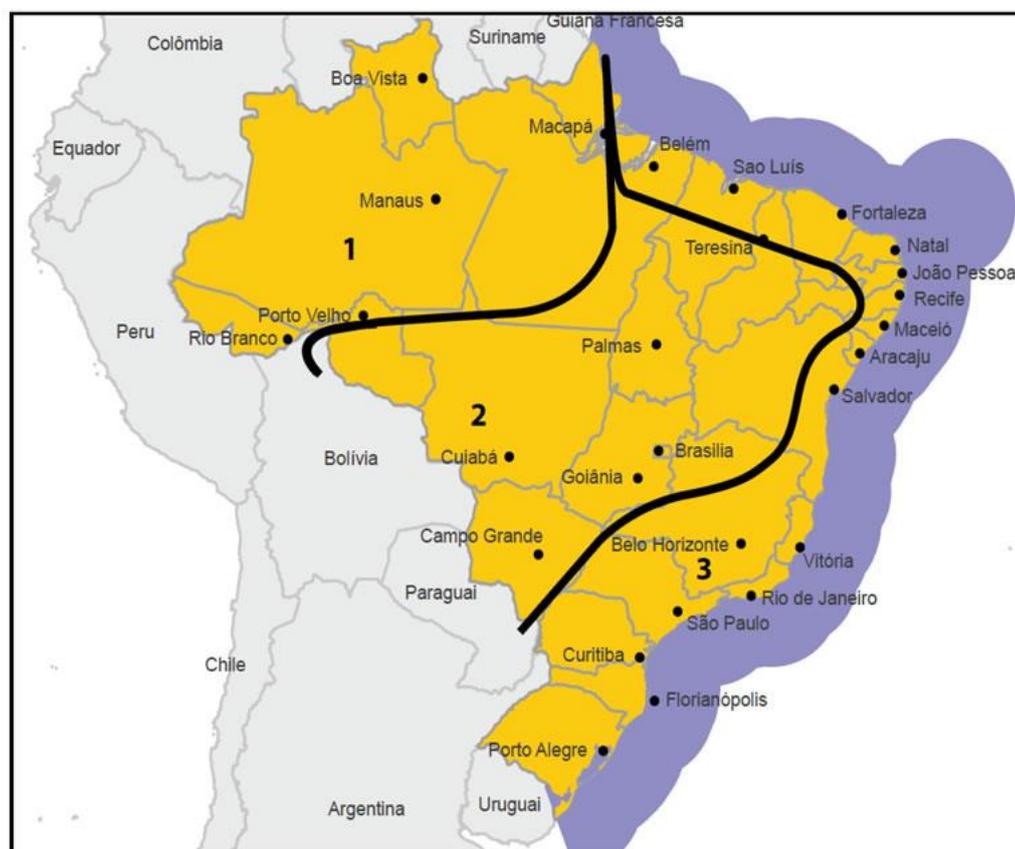


Figura 4 - Divisões do território: biomas e densidade populacional

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 23).

Assim, o que era um recorte aparentemente simples entre o chamado Brasil septentrional e meridional, temos agora o reconhecimento de que existiria um Brasil a leste, com alto índice de urbanização, grandes mercados de consumo, sofisticada estrutura fabril, pesqueira e extrativista (aqui é necessário pensar que se trata de extração e refino de petróleo e da exploração ferrífera e, portanto, de extrativismo de alta tecnologia). Há outro no centro, basicamente dedicado à produção de *comodities*

agropastoris e reprodutora de dilemas sociais herdados do século XIX no interior do que chamamos de polígono das secas. Por fim, o ecossistema amazônico, tencionado pela grilagem de terras, pela presença de populações ribeirinhas, pelo confronto com as nações indígenas e, ao mesmo tempo, reconhecida como um templo ainda mau explorado de riquezas minerais e vegetais.

A Figura 5 cruza ambos os recortes e busca dar mais acuidade à carteira de investimentos. A Região 1 permanece inalterada, a Região 2 vai sendo recortada pelo reconhecimento de dinâmicas sociais muito diferenciadas, e a Região 3 coloca, de um lado, a planície costeira nordestina e, de outro, partes de Minas Gerais e Espírito Santo, somados aos demais estados da federação. Trata-se, mais uma vez, do reconhecimento ainda genérico das diferenças, o que, devemos reconhecer, nos obriga a repensar nossa esclerosada noção de que região é uma área dada *a priori* e reconhecermos que se trata de um recorte do território tematicamente definido.

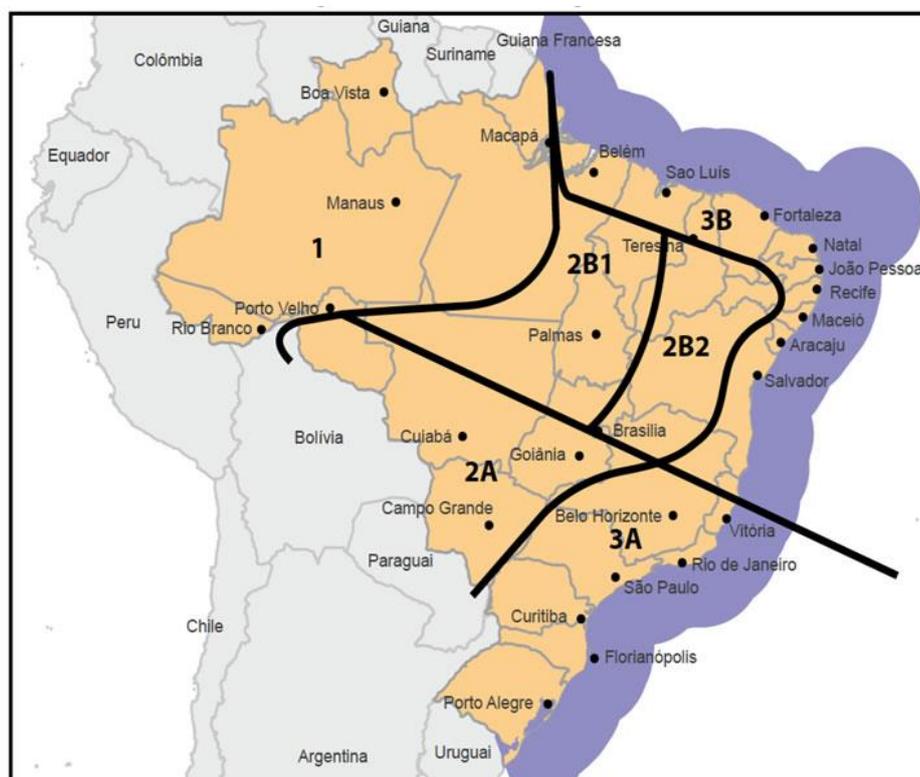


Figura 5 - Territórios homogêneos

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 25).

O resultado, ainda genérico, desse exercício, pode ser observado no mapa da Figura 6. Trata-se do reconhecimento da diferencialidade exigida para os investimentos, cujo ponto de partida é que as ações do capital devem ser norteadas pela geograficidade do processo geral de produção e reprodução ampliada do próprio capital. Em outras palavras, a abstração geral que é o dinheiro, quando se transforma em um processo de compra de bens de produção e força de trabalho não poderá ser feito sem que se reconheça que o processo produtivo só se realiza plenamente no interior de uma ampla rede de determinações, em que a disponibilidade dos elementos básicos dos meios de produção é, somente, um aspecto da questão.

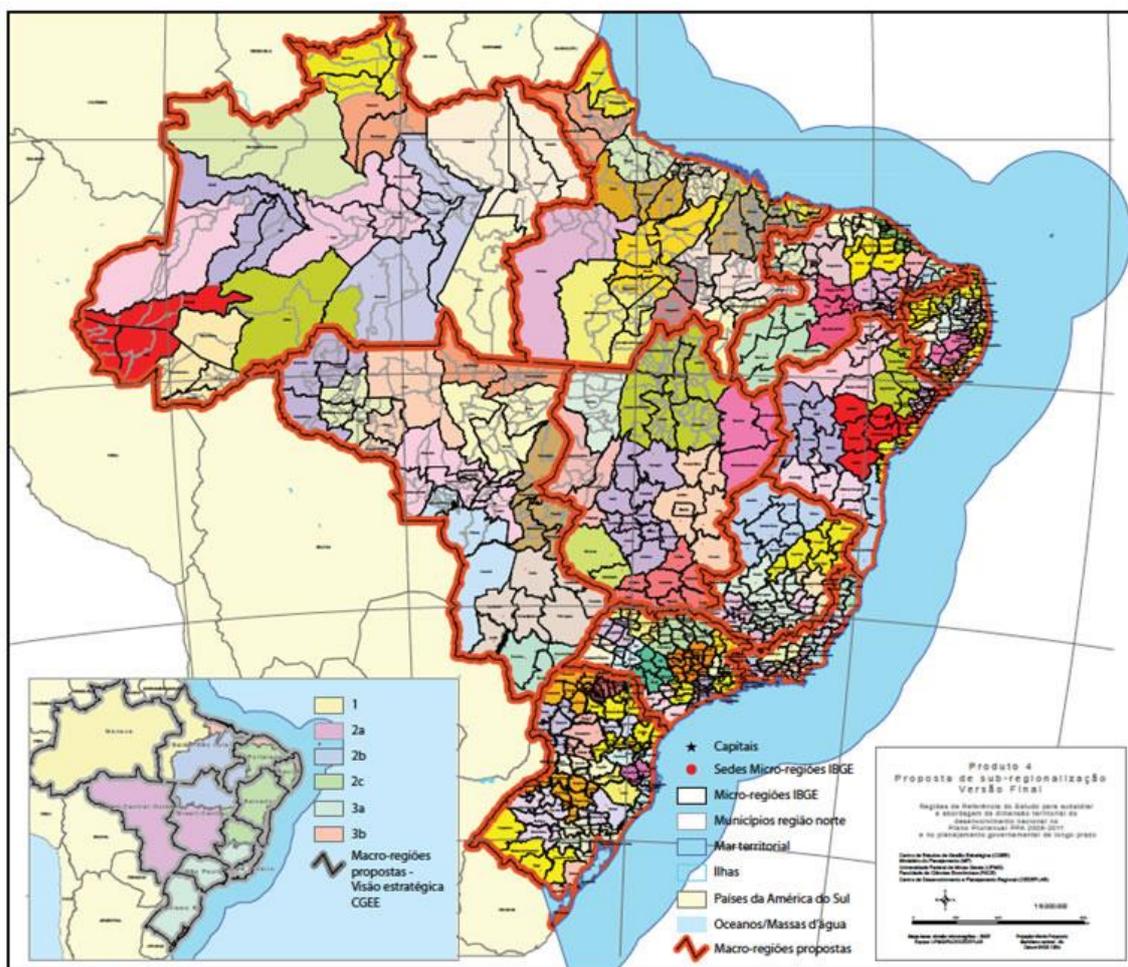


Figura 6 - Sub-regiões

Fonte: Extraída de Brasil (2008, p. 32).

O passo adiante só pode ser dado pela leitura atenta de todos os volumes do *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento*, disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, e o reconhecimento de que o discurso geográfico é o resultado de um determinado tipo de intencionalidade mais ou menos consciente de um sujeito (em qualquer escala). Diferentemente da regionalização típica do IBGE, em que a intenção do sujeito está escondida na aparente inexorabilidade do real (os estados, a floresta, o clima, a indústria) e, portanto, nos obrigando a imaginar que tais regiões se apresentam como um fenômeno de caráter apriorístico sobre o qual deveríamos nos debruçar, descrever, recortar e, talvez, compreender. O Ministério do Planejamento nos diz o que deseja e produz sua leitura explicitando passo a passo o significado de regionalizar.

Bem... terminado o exercício, o que nos resta é fazer o movimento contrário e nos perguntarmos o que queremos saber, do ponto de vista da Geografia, sobre o fenômeno que nos debruçamos. Quem sabe assim acompanhamos a proposição feita por Francisco de Oliveira (2001): radicalidade e especificidade e, mais que isso, quem sabe assim deixamos de lado esse intrincado movimento de categorias vazias de conceito que brilham como as lâmpadas de uma árvore de Natal, certamente enfeitam, mas, de fato, não iluminam.

Referências

AMIN, S. *Classe e nação: na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes, 1979.

AMIN, S. *Imperialismo e desenvolvimento desigual*. Lisboa: Vertice, 1977.

BENEDICTO, M.; MARLI, M. Dividir para conhecer: as diversas divisões regionais do Brasil. *Agência IBGE Notícias*, [s. l.], 9 jan. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/19383-dividir-para-conhecer-as-diversas-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BLOCH, E. *Sujeto-objeto: el pensamiento de Hegel*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume I – Sumário Executivo*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008. Disponível em: https://brasil2100.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Estudo-da-Dimensao-Territorial_vol_1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

COMPARATO, F. K. Saber combinar o específico e o universal. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 97-101, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDXgghtCHdRddwpYSc5jtt/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DAVIS, M. *Los Holocaustos de la era Victoriana Tardía*. El niño, las hambrunas e la formación del tercer mundo. Valência: Universitat de Valência, 2002.

DIAMOND, J. *Armas, germes e aço*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GARCIA, R. L. *Qual o Brasil que vive(re)mos?*. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do paraíso*. São Paulo : Brasiliense, Folha de São Paulo, 2000.

LEFEBVRE, H. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzin: Editora Ulisséia, 1972.

LENIN, V. I. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Editora Global, 1982.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. O processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *Obras de Karl Marx: Biblioteca de Grandes Escritores*. [S. l.]: Iberia Literatura, 2015. *Kindle*.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. *Conflitos no campo*. 2017. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/conflitos>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MOREIRA, R. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

MOREIRA, R. *Formação espacial brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, R. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, F. Pensar com radicalidade e com especificidade. In: GARCIA, M. A. (coord.). Como pensar?. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 54, p. 89-95, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxghtCHdRddwpYSc5jtt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2024.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. *O processo civilizatório*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, D. *Imperialismo e Estado*. 1991. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

SANTOS, D. Uma cartografia para o Imperialismo. *Revista PUC Viva*, São Paulo, ano 6, n. 20, p. 7-13, abr./jun. 2004. Disponível em: https://5a2cc6a1-207d-4153-b779-c5f9395b12ef.filesusr.com/ugd/2a264a_bcc02f3a467d4800813ea31463bb2836.pdf. Acesso em: 2 maio 2024.

SANTOS, D. Um objeto para a geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. *AGB Nacional*, São Paulo, v. 1, n. 30, p. 27-40, 2008.

SANTOS, D. *et al. Geografia: Ciência do Espaço – o espaço mundial*. São Paulo: Editora Atual, 1987.

SANTOS, D. *et al. Geografia: Ciência do Espaço – o espaço brasileiro*. São Paulo: Editora Atual, 1989.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, J. B. *Atlas Geográfico do Brasil, leituras da territorialidade e a construção da brasilidade*. 2006. 155 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981

AUTOR

Douglas Santos

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui mestrado e graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso geográfico, ensino de geografia, geografia e cultura.

E-mail: douglassangeog@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2303571172034936>

Recebido para publicação em maio de 2024.

Aprovado para publicação em agosto de 2024.